

# ANÁLISE HISTÓRICA DA QUEDA DE MAUÁ, ATRAVÉS DE UMA VISÃO DE CADA UM DE SEUS EMPREENDIMENTOS

Roberto Minadeo<sup>1</sup>

Ricardo Cardoso<sup>2</sup>

## I) Início da carreira de Mauá:

João Evangelista de Ávila e Souza casou-se em 1810 com Mariana Batista de Carvalho. Logo nasce Guilhermina – a primeira filha do casal. Em 28/12/1813, nasceu Irineu Evangelista de Souza. Sua mãe o ensina a escrever e fazer contas. Mas, seu pai é assassinado em 1819, e a família enfrenta dificuldades. No ano seguinte, Mariana se casou com João Jesus e Silva, trabalhador do Paraná. Porém ele não queria as crianças do outro marido. Por isso, antes de completar 12 anos, Guilhermina é dada em casamento, e Irineu, é confiado a José Batista de Carvalho, um irmão de seu pai, comandante de navio de um comerciante do Rio de Janeiro, que o leva para trabalhar no comércio. Assim, Mauá aos nove anos de idade se estabelece em um local estranho, e começa a vida na Corte tendo que trabalhar para sobreviver – sonhando em um dia poder ter fortuna para poder trazer sua mãe e irmã de volta, o que de fato veio a ocorrer.

Em 1841, ao voltar de sua primeira viagem à Inglaterra, Irineu virá a casar-se justamente com a filha de sua irmã Guilhermina, então com 15 anos. Segundo Besouchet (1978, p. 23), Mauá leva uma vida familiar exemplar, tendo 18 filhos. Ao falecer, Mauá tinha seis filhos vivos e doze netos; Mauá veio a perder doze filhos, alguns muito novos; outros já adultos, como Artur Irineu com 21 anos e Ricardo Irineu, com 28; e outros na infância, como Lísia Ricardina, com 13 anos e Henrique Irineu, que faleceu aos dez. Mauá viajou dez vezes à Europa e oito à região do Prata, é fácil imaginar os transtornos que essas viagens significavam à sua esposa – quase sempre grávida e com filhos pequenos.

Besouchet descreve Mauá como tendo um temperamento nervoso, de extrema combatividade, sofrível orador e escritor – o que se depreende, aliás, em sua Exposição aos Credores (Besouchet, 1978: 177-178). Diz que sua conversa era cheia de expressões

---

<sup>1</sup> Roberto Minadeo é doutor em Engenharia de Produção pela COPPE / UFRJ e Professor da UNIGRANRIO.

<sup>2</sup> Ricardo Cardoso é mestrando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense.

castelhanas – devido à convivência com uruguaios e argentinos. Finalmente, com os amigos bem colocados, mantinha uma cordial distância, tratando-os de “excelência”. Era dotado de saúde invejável, fazendo a cavalo 120 léguas, aos 70 anos de idade, para visitar suas propriedades rurais.

Para Ribeiro, o principal defeito de Mauá é a falta de cultura – devida às dificuldades da infância. Diz: “A dificuldade de olhar em redor de si um pouco mais além de seu individualismo feroz tornou-o impermeável à penetração de certos conhecimentos sociais, imprescindíveis para as empresas que realizava” (Ribeiro, 1977: 37).

No Rio de Janeiro, Mauá entrou no negócio de João Rodrigues Pereira de Almeida, passando a morar e a trabalhar na loja. Aos poucos foi conhecendo o pessoal da casa e aprendendo as tarefas. Com a Côrte no Brasil, vem a abertura dos portos, caindo as proibições econômicas que recaíam sobre as colônias. Em 1809, Pereira de Almeida se associou a um recém-chegado, Manuel Pereira Gomes, para ingressar no mercado do charque gaúcho. Além disso, foi um dos financiadores de uma fábrica de pólvora na cidade, ganhando prestígio na Família Real. Pereira de Almeida operava na compra e venda de mercadorias em províncias distantes e no exterior, ao mesmo tempo em que era banqueiro, industrial, e armador. As trocas entre Rio de Janeiro, África e Rio Grande do Sul com os produtos ingleses eram a maior parte do negócio, além do tráfico de escravos – no qual poucos comerciantes do Rio de Janeiro atuavam, pois um navio equipado era caro.

Quando Irineu passou a caixeiro de escritório, especializou-se na contabilidade, vindo a formar um bom retrato da empresa ao longo de quatro anos de trabalho. Aos catorze anos, já era um experiente empregado do escritório –promovido a guarda-livros.

Com a volta de D. João VI para Portugal, milhares de pessoas o seguem, fazendo cair o ritmo dos negócios. Fruto dessa debandada, o Banco do Brasil ficou sem recursos e fechou em 1829. Pereira de Almeida mudou-se para a Europa, em 1822. Após ser pressionado pelas autoridades brasileiras, que tomaram a viagem como reação à Independência, e tornaram indisponíveis os seus bens, Pereira de Almeida volta em 1823 para o Brasil, passando por um momento difícil. O maior credor da empresa era um comerciante escocês chamado Richard Carruthers – que preferiu uma falência amigável. Quando o negócio de Pereira de Almeida fechou, Irineu ficou com Carruthers. Mauá somava apenas 15 anos de idade. Pereira de Almeida seguiu para sua fazenda, onde veio a falecer em 1830.

## **II) Mauá e Carruthers:**

Carruthers veio ao Brasil em 1828, onde viria a permanecer por oito anos. Carruthers conhecia o mercado brasileiro e tinha dois irmãos em Lisboa, comprando vinhos, ouro e especialidades da colônia, e vendendo produtos ingleses. Irineu aproveitava o tempo extra para se dedicar aos estudos, e foi se aproximando do patrão. Carruthers trazia mercadorias da Europa e exportava produtos daqui.

Irineu conquistou Carruthers por sua vaidade de entendido em negócios. Carruthers conhecia os autores ingleses que formulavam uma nova concepção para a existência humana, na qual os homens de negócios ocupavam uma posição privilegiada. Tentando ser o que lia, Irineu passou a cultivar uma barba rala, e usar casacas pretas como um inglês. Aos 20 anos de idade, tinha progredido bastante: tornara-se um perito em contabilidade, o que não era pouco naqueles tempos. Carruthers era membro da maçonaria e Mauá também viria a ingressar nela, tendo inegável conexão com os líderes liberais maçônicos da época.

Carruthers começa a dar sinais de cansaço, e decidiu deixar Mauá à frente do negócio – o que ocorre em janeiro de 1836. Assim, Irineu, com 22 anos, passa à condição de sócio e diretor, retornando Carruthers à Inglaterra. Irineu herdou uma sólida clientela, na melhor rua comercial do Rio de Janeiro. Tendo morando no andar superior da loja, resolve-se mudar para uma casa confortável no morro de Santa Teresa.

Em 1839, surgiu uma nota na imprensa insinuando que Irineu estava envolvido com movimentos opositores ao governo – dizem que em sua casa de Santa Tereza chegou a acolher até uns trinta gaúchos foragidos. Diante disso, resolveu trazer para morar em sua casa, sua mãe, uma tia e sua sobrinha que viria a ser sua futura esposa. E, antes de ser notado por suas idéias liberais, viajou para a Inglaterra a pretexto de visitar Carruthers.

Carruthers estava há apenas um ano de volta a seu país, tendo-se casado com a governanta, e com um filho pequeno. Ao chegar à Inglaterra, Irineu ficou entusiasmado com o mundo industrial, vislumbrando a possibilidade de novos negócios. Pois com o fim do tráfico, o dinheiro parado poderia ser utilizado para alavancar o progresso no Brasil como ocorrera na Inglaterra. Tanto falou que acabou convencendo Carruthers e seu amigo José Henry Reynell de Castro a fundar a Carruthers, De Castro & Cia., na qual Irineu é o sócio comanditário. A nova empresa deveria captar dinheiro no mercado inglês para ser aplicado no Brasil, sob a responsabilidade do sócio local. Outras firmas viriam: Carruthers, Sousa e Co., em Buenos Aires; Carruthers, Dixon & Co., em New York.

Em 1843, expiraram os tratados comerciais com a Inglaterra – sem que fossem renovados. No ano seguinte, o governo aprovou a Lei Alves Branco, nome do Ministro da

Fazenda. As tarifas de importação dos produtos ingleses subiam de 15% para um valor entre 30% e 60%, e produtos de outros países pagariam taxas similares. O primeiro objetivo da lei era gerar receitas ao Governo. Em 1847, Alves Branco estende a todos os estabelecimentos de grande porte uma isenção fiscal para importar matérias-primas. Finalmente, o ministro concede subvenções específicas a algumas grandes empresas, como o Estaleiro Ponta da Areia.

### **III) Mauá na Política:**

A casa de Santa Tereza era muito distante, e Irineu comprou uma outra na rua do Catete, mais propícia a participar da vida social; afinal, em 1848, o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, convidou Irineu para a redação do Código de Comércio do Império – tarefa que veio a ser feita por um grupo formado pelo próprio Eusébio de Queiroz, o deputado Nabuco de Araújo, o senador José Clemente Pereira, Carvalho Monteiro e Caetano Soares. Em três meses, prepararam um texto, tendo Mauá sido agraciado com a Ordem da Rosa. O Código saiu em 1850, mesmo ano da proibição do tráfico de escravos.

Os hábitos comerciais eram os mesmos desde os velhos tempos da Colônia: não havia títulos com garantias legais, o que limitava o crédito à confiança pessoal dos emprestadores e quase impossibilitava as aplicações de capital e o desenvolvimento do sistema financeiro; cobrar dívidas era quase uma ficção: falências e concordatas levavam anos. Um projeto de Código circulava havia quinze anos no Parlamento. Em 1849, Mauá fora eleito presidente da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro, mesmo estando sua empresa em liquidação, e recebera do Imperador o Hábito da Ordem de Cristo. Finalmente, Mauá fecha o ciclo, ingressando na carreira política. Foi deputado em quatro mandatos: 1857-1860, 1861-1864, 1864-1866 e 1872-1875. Sua renúncia à vida política se deve a que um líder do seu partido, Silveira Martins, coloca em dúvida a legitimidade do mandato de Mauá e o desafia a novo pleito. Mauá aceita o desafio, porém, sobre 206 eleitores, perde por 18 votos. Encerra sua carreira política em uma hora crítica, pois os problemas com seu banco teriam sido minorados se ele estivesse no poder.

### **IV) O Estaleiro:**

Após ter fechado contrato com o governo para implantação do sistema de água do Rio de Janeiro, em 1846, ele se tornou dono do Estabelecimento de Fundação e Estaleiro da

Ponta de Areia. Esse fornecimento ao Estado fora acertado no ano anterior com o ministro Marcellino de Britto, e vieram a ser feitos os tubos para encanar as águas dos rios Maracanã e Andaraí Grande. Com a contratação de alguns operários, transformou o que era uma oficina semi-artesanal em fábrica: diversificou a produção da introduzindo pregos, sinos para igrejas, máquinas de serrar, peças, engenhos de açúcar, guindastes e molinetes. Só que como o governo não fazia o pagamento da sua maior obra, o sistema de água do Rio, Irineu viu a sua situação econômica estremecer. Conta Besouchet que, logo no início de suas atividades, o estaleiro obteve empréstimo governamental, a ser pago em onze anos (Besouchet, 1978: 41).

Muda o governo, caem os liberais e os conservadores, amigos de Irineu, assumiram os ministérios. O sufoco acabou: foi-lhe concedido um empréstimo, equivalente ao capital da empresa, a juros baixos, e a fábrica da Ponta de Areia transformou-se numa firma sólida produzindo engenhos de açúcar completos, pontes de ferro, canhões de bronze para navios de guerra, navios a vapor completos, fornos siderúrgicos e bombas. De 1850 a 1861, saem 72 navios do estaleiro. Alguns se destinaram ao serviço de guerra, outros eram de cabotagem, e finalmente outros foram para sua própria empresa de navegação amazônica.

No estaleiro, Mauá obtém sócios, ficando com apenas 40% das ações. Um ano e meio depois, em 1857, houve um incêndio no estaleiro. O Governo o ajudou, fazendo-lhe um empréstimo de 300 contos. Conforme Mauá fala na sua Exposição aos Credores, houve um erro de sua parte: ao invés de assumir os 500 contos de prejuízos – valor igual à metade do que lucrara com a fábrica – ele tenta dar vida nova ao mesmo, mesmo sem ser acompanhado pelos sócios.

Em setembro de 1862, vencia a primeira parcela do empréstimo tomado depois do incêndio e a empresa não tinha como pagar. Mauá propôs simplesmente a entrega da Ponta de Areia na ocasião do vencimento da primeira prestação, sem colocar preço. O governo poderia tomar a empresa e fazer com ela o que quisesse. Mas o governo preferiu ameaçar com o protesto da letra da empresa – o que colocaria o nome de seu presidente sob suspeita. Mauá não teve alternativa senão pagar de seu próprio bolso.

Além do fogo, veio uma nova tarifa aduaneira de 5% sobre as matérias-primas, que revogava a isenção de direitos da lei Alves Branco. A progressiva redução das taxas culminou, em dezembro de 1860, com a reforma Silva Ferraz, que reabre nossos portos aos manufaturados do exterior. Enfim, após essa reforma, o estaleiro passa a ser uma simples oficina de consertos, pois navios, bombas, etc., passam a entrar no país sem impostos. Assim, o estaleiro vem a fechar definitivamente as portas em 1877.

## V) A aventura uruguaia: exagerada ambição ou risco temerário?

O Uruguai fora conquistado por D. João VI e incorporado ao Brasil. Em 1825, apoiados pela Argentina, os uruguaiois começam a lutar pela independência – que lhes é reconhecida três anos depois. Depois disso, por duas vezes as forças brasileiras lutaram no Prata: em 1850, contra Rosas (governante argentino que queria reestabelecer o antigo Vice-Reinado do Prata) e Manuel Oribe (uruguaio), vencidos em 1852. O ditador sequer tentou estender a resistência na capital: pediu asilo aos ingleses, embarcou na fragata *Conflict*, e dali assistiu ao desfile das tropas argentinas, uruguaiois e brasileiras nas ruas de Buenos Aires. A segunda vez foi em 1864, contra Aguirre – um presidente uruguaio que ataca o Brasil, esperando apoio do Paraguai. Solano Lopez não ajuda Aguirre, que é deposto em 1865.

Nos anos 50, após a invasão argentina no Uruguai, interesses brasileiros foram feridos, pois o oeste brasileiro não podia se desenvolver, uma vez que dependia do transporte fluvial na Bacia do Prata. Assim, para não demonstrar suspeitas de que o Brasil estava metido em um conflito internacional, o governo designa Irineu para agir como financiador de um conflito onde o governo não podia participar. Enfim, a longa série de problemas de Mauá no Uruguai – que estão na raiz de sua futura quebra – apresenta uma certeza: ele foi convidado pelo Império brasileiro, e este honrou sua palavra para com um de seus aristocratas, que, durante vários anos, fez imensos lucros em um país em guerra.

Castro Rebello (1932, p. 55) cita Vicente Quesada: “O governo imperial deu ocultamente sua garantia ao banqueiro brasileiro.” E, quanto à participação de Mauá, diz ainda Quesada: “... servia somente de intermediário, pois que os fundos para suprir o *déficit* que ficava em consequência da redução do subsídio da França eram do tesouro oficial”. Acrescenta Castro Rebello que “Mauá, no entanto, não metia prego sem estopa; vai além: contribui também com dinheiro seu”. Assim, parte do que Montevideu recebia era empréstimo do governo brasileiro, que arbitrara os juros; a intervenção de Mauá limitava-se à entrega dos recursos; outra parte, era empréstimo do próprio Mauá. Sobre sua parte diria mais tarde Mauá, citado por Castro Rebello: “reconhecendo que os recursos fornecidos [pelo Brasil] *não bastavam* para conseguir o fim que se tinha em vista, e seguro de que o governo imperial não podia recuar, tendo eu nessa época sobra de recursos tratei de auxiliar *eficazmente* a defesa da praça com recursos que bastassem, não certamente com

o juro arbitrado pelo governo imperial para seus empréstimos porém com módico juro relativo, desde que era o mínimo corrente em Montevideu...” (Castro Rebello, 1932: 56).

Além do empréstimo, Mauá era, também, fornecedor das tropas. Mauá aproveitou o pedido governamental para tirar o máximo proveito. Estipulou que os juros do dinheiro emprestado seriam iguais ou menores dos correntes na praça de Montevideu e em caso de vitória, as dívidas seriam reconhecidas pelo tesouro do país. Em troca, ele forneceria armas, dinheiro, supervisionaria a contratação de mercenários, conseguiria peças de artilharia e navios para a guerra que o Uruguai iria travar. Mesmo sabendo que a idéia de participar do financiamento de uma guerra era de alto risco, Irineu não se deteve.

Em 1856, Mauá resolveu, mesmo sem a parceria de antigos sócios, transformar seu escritório de representação em Montevideu numa mistura de empresa comercial e casa bancária, nos moldes da empresa brasileira. Em 1857, o governo do Uruguai autorizava a transformação de sua casa comercial em banco que, segundo Ribeiro (1977, p. 33), foi o primeiro banco do país. Em 1857, surgiu um concorrente, o Banco Comercial – administrado criteriosamente, e, melhor visto por ser de capitais locais. O Banco Mauá e o Comercial eram bancos de emissão, depósitos e descontos. (Ribeiro, 1977: 72) Em 1863, surge o Banco de Londres e Rio da Prata. Após 1865, surgem o de Navia, o Montevideano e Italiano (Ribeiro, 1977: 43, 44 e 72).

Ribeiro aponta que um governante uruguaio, Alberto Palomeque, auxiliou nos trâmites necessários à aprovação do Banco Mauá, que fora aberto antes de qualquer aprovação governamental. Em troca, lhe foi facilitada uma soma de mil patacões. Tal funcionário foi desterrado em 1865, e continuou gozando de favores de Mauá – que lhe concede mais recursos. O autor sugere que durante os oito anos entre o início de operação do banco e o desterro, houve um sólido relacionamento entre ambos (ver Ribeiro, 1977: 82-85 e 97). Ribeiro fala que Andrés Lamas, Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, é outro governante uruguaio ligado a Mauá, a partir de 1847. No ano de 1859, foi Lamas quem firmou com Mauá o contrato pelo qual fica a cargo do Banco deste a conversão da dívida pública uruguaia (ver Ribeiro, 1977: 102-105). Finalmente, Ribeiro transcreve uma carta de 7 de agosto de 1850 de Mauá a Lamas, na qual se propõe a emprestar mensalmente 12 mil pesos, dada a suspensão do auxílio do governo francês (ver Ribeiro, 1977: 137).

O Banco Mauá chegou a ser o maior do país. Era também, no entanto, de alto risco já que se tornou credor de todas as dívidas do governo. No interior, funcionavam as

agências de Salto, Colônia e Paissandu. Mauá também tinha fazendas no país, além de um dique e ações da companhia de iluminação a gás de Montevideú.

No Prata, Mauá foi durante algum tempo um agente do governo brasileiro, entrando como financiador de uma guerra que visava restabelecer um equilíbrio de forças entre os três países que dominavam a bacia. Até o início da década de 1860, Mauá não saiu dos limites do mandato recebido, e não tinha motivos para queixas: o governo brasileiro protegia fielmente seus interesses. Porém, quando mudou a natureza de suas operações, e abriu um banco, fez isso por sua própria conta, sem consultas maiores ao governo brasileiro – esperando que seu trabalho fosse reconhecido como uma continuidade do que vinha fazendo. Mauá começou servindo a um chamado do Imperador, mas, quando se excedeu, seus riscos se multiplicaram e ele ficou exposto em um país sem tranquilidade política. D. Pedro II nada poderia fazer por ele. O final da aventura uruguaia era previsível, e Mauá foi o único responsável. E o motivo da queda foi o ter-se excedido, um risco tão alto que seus sócios o haviam largado sozinho anos antes. Mesmo tendo-se excedido, o governo o ajudou. Conta seu neto Cláudio Ganns, uma fonte elogiosa à figura do avô e preocupada em defendê-lo a cada página, que em duas ocasiões o Visconde do Rio Branco lhe salvara o banco, intervindo eficazmente junto ao governo uruguaio (Ganns, 1942: 52).

Em 1868, Venâncio Flores foi assassinado. Má notícia para Mauá, pois Flores era uma de suas boas relações. Lorenzo Battle assume o poder, e coloca em vigor uma lei restritiva, que deixa em crise o banco de Mauá – que fica sob intervenção e fecha em 11/2/1869, por cinco meses. Finalmente, um decreto de 1870 reabilita o Banco (Ribeiro, 1977: 114 e 149).

Segundo Ribeiro, em 1875, o poder é tomado por Pedro Varela que chama Andrés Lamas à pasta da Fazenda. Este concede ao Banco Mauá todos os privilégios imagináveis a ponto de prejudicar o país. O autor, sempre elogioso a Mauá, não duvida em dizer que o banqueiro teve culpa no agravamento da crise do Uruguai, talvez movido pelo legítimo desejo de receber o que já se dava por perdido (Ribeiro, 1977: 62-63).

Lamas permitiu que o Banco Mauá em 1875 emitisse até o triplo de seu capital realizado, com garantia governamental (Ribeiro, 1977: 67-68). O Banco estaria quase falido, e pouco poderia oferecer em troca desse favor. O autor fala de uma intervenção brasileira a favor de Mauá, dirigida pelo Barão de Cotegipe.

Em 1876, cai o Ministério Lamas, e, logo depois, Varela é deposto, após deixar o país em grave crise. Seu sucessor foi o ministro da Guerra, Lorenzo Latorre, que rescinde o contrato feito por Lamas em 1859 (Ribeiro, 1977: 105-9). Enfim, Mauá realiza muitos